

Discurso proferido na sessão de 21 de novembro de 1977, publicado no DCD de 22 de novembro de 1977, página 11789.

O SR. EDGAR FAURE (Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a delegação da Assembléia Nacional francesa, que tenho a honra de chefiar, sente-se muito feliz de, neste dia, estar participando desta Sessão. A qualidade dessa acolhida, os hinos nacionais que acabam de ser executados, são para nós motivo de emoção.

No que me diz respeito, eu gostaria naturalmente de agradecer aos diferentes oradores e, igualmente, a V. Exa., Sr. Presidente, as palavras tão amáveis e elogiosas pronunciadas a respeito de minha pessoa. Um célebre humorista americano dizia que ele podia viver um mês com um só cumprimento. Desta forma, com tudo o que V. Exas. falaram sobre mim, em me sentirei feliz durante um semestre pelo menos.

Por outro lado, além dos elogios que V. Exas. tão generosamente me endereçaram, há o objetivo, proclamado por todos aqui, de exaltar a França. E isso toca igualmente nosso coração.

Para mim, é extremamente honroso e emocionante usar a palavra nesta Assembléia. É sempre agradável a um Presidente poder falar, eis que isto nos acontece muito raramente, já que o que fazemos é presidir. Mas, sobretudo, o que aprecio é a possibilidade que me é oferecida de, em nome dos representantes do povo francês, transmitir aos representantes do povo brasileiro – quer dizer, ao povo brasileiro – uma saudação amiga e calorosa.

Entre a França e o Brasil, os laços da História e do coração são antigos, sólidos e vivos. Tive eu mesmo, outrora, quando membro do Governo francês, a ocasião de reverenciar a memória em solo brasileiro de dois célebres brasileiros: um, o grande jurisconsulto Ruy Barbosa (Palmas), do qual meu amigo Michel Simon escreveu uma biografia e cuja influência foi tão importante na criação do Direito Internacional moderno: o outro foi Santos Dumont (Palmas), o admirável pioneiro da aviação, que, de Paris, fez um vôo histórico. No final de sua vida, Santos Dumont ficou triste e obcecado pelo medo de sua extraordinária invenção – à qual ele emprestou prodigioso **élan** – fosse deturpada em seus objetivos e talvez utilizada por forcas do mal.

Estes dois exemplos, assim como tantos outros de que não me posso recordar, ocorridos aqui ou na França, ressaltam no momento a comunhão de ideal e de



aspirações existentes entre a alma brasileira e a alma francesa, uma e outra amantes da justiça, da dignidade humana e da paz entre as nações.

Impõem-se, portanto, uma cooperação entre os nossos dois países, seja no campo econômico, que talvez possa ainda se intensificar, seja no campo cultural, pela qual devemos fazer esforços bem maiores, e mesmo no campo da política mundial, já que temos em comum a preocupação pela independência e pela segurança. O Brasil, no seu território, e a França, no dela, estão entre os países que se recusam a colocar-se em posição de hegemonia. Quer dizer, não pretendemos hegemonia sobre ninguém, mas também não queremos submeter-nos à hegemonia de quem quer que seja. Naturalmente, essa tarefa de cooperação econômica, cultural e, sobretudo, de política mundial é da competência de nossos Chefes de Estado e de Governo, e eles compreendem toda a sua importância.

O mais ilustre dos franceses contemporâneos, o General Charles De Gaulle, visitou certo dia esta Capital em que nos encontramos, quando logo após ter ela surgido do nada, como prova magnífica do vosso poder criador. Mais recentemente, o Presidente de vossa República esteve em Paris, quanto tive o prazer de lhe ser apresentado. No próximo ano, o Presidente da República francesa, Valéry Giscard D'Estaing, estará, por sua vez, em vosso meio.

Mas o que eu gostaria de dizer a V. Exas. é que, nesta obra de conjunto, o Parlamento tem igualmente um papel a desempenhar. Certamente, nossos encontros não são tão espetaculares, mas devemos desempenhar nosso papel, e este não pode ser negligenciado.

Os homens encarregados do Poder Executivo – e não pensem V. Exas. que deles farei mal, eis que minha carreira me conduziu à condição de chefe de uma das Pastas do Governo – mas esses homens, repito, sobretudo aqueles que se encontram no nível da gestão administrativa, estão, qualquer que seja sua qualificação, encerrados no círculo de sua ação cotidiana, no cumprimento dos seus deveres. Nós, Parlamentares, refletimos as aspirações do espírito popular, e o espírito popular é o mais bem situado para fazer prevalecer as razões do coração sobre as razões da Razão, por serem estas, freqüentemente, más, sobretudo quando provém de cálculos de interesse, na maioria das vezes falsos cálculos. Mais particularmente as nações modernas devem quebrar o quadro do egoísmo estreito. A propósito, o ilustre orador que me precedeu falou do problema da energia nuclear. Creio que todos devemos preocupar-nos com o amplo



acesso – notadamente no caso de países cujo desenvolvimento coloque tal problema – as mais altas tecnologias, do mundo moderno. (Palmas).

Falando aqui em meu nome pessoal, deve dizer que sempre estive muito interessado em tentar promover a causa do desarmamento nuclear. Penso que os Parlamentares deveriam concentrar seus esforços para evitar essa fonte de catástrofe iminente. E jamais, como agora, me parece tão fácil estabelecer uma vasta cooperação internacional para a utilização pacífica do átomo, que especialmente para as nossas imensas necessidades de energia, pode representar importante papel.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a democracia parlamentar, no mundo atual, confronta-se com dois graves problemas. Primeiro, o de manter a independência da pátria. Em certas circunstâncias de grande perigo, pode acontecer que, por causa de seu compromisso com suas próprias regras – fato que a honra – a democracia parlamentar se encontre em posição de enfraquecimento em relação a potências não democráticas, dotadas de menos escrúpulos. Então, em tal caso, poderá tornar-se necessário que, a título excepcional, a democracia se exonere de seu formalismo e saia do quadro de seu procedimento normal para salvaguardar sua existência, na falta da qual não haveria mais nem o fundo nem a forma, nem os procedimentos, nem as regras, nem o Direito. (Palmas).

Este é um dos assuntos que a Constituição francesa teve o ensejo de tratar e sobre o qual tenho sido interrogado desde que me encontro na condição de hóspede de vosso País.

A segunda prova de democracia parlamentar é a necessidade de expansão econômica e do pleno emprego, bem como, naturalmente, da justiça social, da qual os ilustres oradores aqui tanto falaram. Mas não se pode ter justiça social em meio à estagnação econômica e ao desemprego. O tema da justiça social está, pois, ligado ao da eficácia econômica. E é por isso também que os procedimentos clássicos da democracia devem, às vezes, ser revisados. Nossas duas nações se encontram ambas colocadas diante destes mesmos problemas: expansão, pleno emprego e justiça social. Obviamente, enfrentamos estas grandes questões em condições diferentes, em razão da nossa História, da nossa atuação geográfica e da nossa geopolítica. Mas é sempre o mesmo problema. No entanto, não obstante tenhamos de adotar soluções diferentes, já que nossas condições são diferentes, é possível que façamos a mesma escolha essencial. E isto foi o que se produziu.



Permita-me ressaltar um ponto. Por motivos diversos – para nós tratava-se da reconstrução do após-guerra, enquanto, para V. Exas., tratava-se daquilo que se chamaria de "decolagem" – escolhemos, uns e outros, um caminho que não é o do liberalismo mercantilista, o qual teve sua utilidade, mas que, por negligenciar as aspirações sociais e, por isso mesmo, se encontra já mal adaptado economicamente, nem também o das soluções ditas coletivistas, que não provaram sua eficácia econômica. Escolhemos, nós a V. Exas., o terceiro caminho, o do planejamento, do qual tivemos um exemplo, depois da guerra, sob a alta inspiração do General Charles De Gaulle, como o Plano Montet. E V. Exas., neste planejamento, avançaram com audácia, com resolução, e deve-se reconhecer os resultados que têm conseguido e que conseguiram. A propósito, tive também a ocasião de encontrar um representante brasileiro, durante uma conferência realizada neste Continente, que me falou de vossos planos em matéria de educação e de ensino, assunto que, inclusive, foi aqui tratado hoje por um dos oradores que me precederam.

Eram estas, Sr. Presidente e caros colegas – permitam-se expressar-me desta forma – as reflexões que desejava fazer. Eu ficaria muito feliz que minha visita – a qual V. Exas. decidiram dar alguma importância – significasse um progresso, nesse caminho, no sentido de realizarmos encontros mais freqüentes, na base de uma compreensão cada vez mais profunda entre todos nós, os Parlamentares brasileiros e o Parlamentares franceses. Nada vale tanto quanto o contato direto. Estou aqui já apenas algumas horas e, no entanto, neste pouco tempo tenho observado, entre nós, semelhança de posicionamentos, parentescos intelectuais, ressonância afetiva, algo raro e que pode criar entre nós relações não exclusivas certamente, mas, poderíamos dizer, privilegiadas. Eu gostaria que este relacionamento fosse consagrado não somente à amizade e à felicidade – objetivo que não se pode menosprezar – mas, igualmente, a um esforço de aprofundamento em comum dos grandes problemas do mundo atual, já que, como tive oportunidade de dizer, eles nos preocupam um pouco da mesma maneira, em termos de planejamento.

O problema essencial é combinar, articular, conciliar, a liberdade, a eficácia e, se possível, a fraternidade. A liberdade política expressa numa Assembléia representativa é uma coisa importante, mas não é a única – alguns povos a abandonaram e estão privados de vantagens que possuíam! A República Romana não foi, igualmente, tão lamentada no tempo em que o ilustre Aristides pronunciava "O Elogio a Roma", dizendo:



"Graças ao sistema jurídico romano, podemos circular, fazer comércio e nos casar em todo o mundo. Tu fizeste do mundo inteiro uma só casa".

A este ponto é que eu queria chegar, ao me referir aos problemas do mundo moderno, que são novos, em decorrência de grandes modificações. Mas, para estes problemas novos, temos diretrizes já permanentes e que nos são dadas pelas fontes que nos são comuns, do ideal, do humanismo, do Direito, da dignidade do homem, do respeito pela pessoa humana, às quais confluem da tradição latina e da tradição cristã.

Fiquei emocionado ao ouvir V. Exas. há pouco, evocarem o batismo de Clóvis. E, antes do batismo de Clóvis, houve o crisma de Constantino: "Roma comunis nostra patria est". (Palmas prolongadas.)